



CEBAS

Lei 12.101/2009 e Decreto 7.237/2010

Como solicitar a certificação:

(Basta clicar nos links em azul e os formulários são abertos via internet, aí é só preencher os modelos).

No momento da apresentação do requerimento, a entidade que atua exclusivamente ou preponderantemente na área de assistência social deve apresentar:

1. Requerimento datado ([Modelo](#)), devidamente assinado pelo representante legal da entidade, dirigido ao [Departamento da Rede Socioassistencial Privada do Suas](#), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);

2. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) [Receita Federal](#);

3. Cópia dos atos constitutivos, registrados em Cartório, que comprovem:

- estar legalmente constituída no País e em efetivo funcionamento há pelo menos 12 meses antes da solicitação do Certificado, constando a data de registro do estatuto;

- sua natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a [Lei 8.742/93](#), com o [Decreto 6.308/2007](#) e com a [Resolução CNAS 109/2009](#);

- aplicar suas rendas, recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

- não distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto;

- destinar, em caso de dissolução ou extinção, o eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas;

- não perceberem seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

4. Cópia da ata de eleição dos dirigentes, devidamente registrada em cartório, nos termos do inciso II art. 3º do [Decreto nº 7.237/2010](#);

5. Instrumento comprobatório de representação legal, quando for o caso, nos termos do inciso II, art. 3º do Decreto nº 7.237/2010.

6. Comprovante de inscrição da entidade no Conselho Municipal de Assistência Social ou do Distrito Federal;

7. Plano de ação ([Modelo](#)) que demonstre as ações na área de assistência social a serem executadas durante o ano do requerimento, de forma planejada, continuada e gratuita, nos termos do Parágrafo 3º do artigo 35 do Decreto nº 7.237/2010 e do inciso III, art. 3º da [Resolução CNAS nº 16/2010](#), evidenciando:



- finalidades estatutárias;
- objetivos;
- origem dos recursos;
- infraestrutura;
- identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício sócio assistencial a ser executado, informando respectivamente: público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do plano.

8. Relatório de Atendimento, (Modelo) que demonstre as ações executadas de forma planejada, continuada e gratuita durante o ano anterior ao requerimento, evidenciando o cumprimento de todos os itens dispostos no plano de ação, nos termos do inciso IV, art. 3º do Decreto nº 7.237/2010 e do inciso III, art. 3º da Resolução CNAS nº 16/2010:

- finalidades estatutárias;
- objetivos;
- origem dos recursos;
- infraestrutura;
- identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício sócio assistencial a ser executado, informando respectivamente: público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado e recursos humanos envolvidos.

9. Cópia das demonstrações contábeis do exercício do ano anterior, devidamente assinadas pelo representante legal da entidade e por técnico registrado no respectivo Conselho Regional de Contabilidade, de acordo com o disposto na NBCT 10.19.

As entidades que atuam nas áreas de assistência social e/ou educação e/ou saúde, mas que atuam preponderantemente na área de assistência social deverão, no momento do requerimento de Concessão ou Renovação junto ao MDS, apresentar obrigatoriamente todos os documentos necessários para comprovação nas demais áreas, conforme Decreto 7.237/2010 e demais normatizações.

Envio por carta ou sedex para:

Departamento da Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social
Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

SEPN 515 – Bloco B – Edifício Ômega – Térreo CEP 70770-502 – Brasília/DF

Tel.: 0800-7072003 E-mail: cebas@mds.gov.br

A tramitação do processo de certificação obedece à ordem cronológica do requerimento. O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social tem validade de 3 (três) anos.

Belo Horizonte, Agosto de 2010.

Pró-Bem Assessoria e Gestão Criança

3043 5719

contato@probemgestaocrianca.org.br